



## SUMÁRIO E PROGRAMAÇÃO

| <b>Hora</b> | <b>Autor</b>        | <b>Título</b>   | <b>Pág.</b> |
|-------------|---------------------|---|-------------|
| 14:00       | Washington Ferreira | Iconografia Insular: a percepção de artistas-navegantes e a construção cultural da paisagem da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis, SC)   | 3           |
| 14:10       | André Lima          | Ecosistemas enquanto unidade básica de análise do meio  | 4           |
| 14:20       | Fabrizio Basílio    | Base ecossistêmica para a gestão em unidades de conservação marinho-costeiras no Brasil: O caso da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo – SC   | 5           |
| 14:30       | Francisco Lima      | Análise e tendências sobre o desenvolvimento e expansão portuária: desafios para a gestão ambiental e costeira  | 6           |
| 14:40       | Laura Prestes       | Área de proteção ambiental e seu papel na conservação da zona costeira  | 7           |
| 14:50       | Tiago Gandra        | Abordagem ecossistêmica para o Planejamento Espacial Marinho da Zona Econômica-Exclusiva do Sul do Brasil: Uma proposta metodológica  | 8           |
| 15:00       | Andréa Pellin       | Mosaico de Unidades de Conservação: Método para definição do território   | 9           |
| 15:10       | Mariana Mattos      | A influência do capital social na gestão de áreas marinhas protegidas: Estudo de caso nas comunidades pesqueiras de Bombinhas (SC)  | 10          |
| 15:20       | Natália Corraini    | Análise do risco da exposição dos serviços ecossistêmicos às atividades antrópicas nas praias da Ilha de Santa Catarina   | 11          |
| 15:30       | Victor Guião        | Gestão costeira em Santa Catarina: Priorização das propostas do Plano Estadual  | 12          |
| 14:40       | Gilberto Cunha      | Crescimento azul compatível com o desenvolvimento sustentável do ambiente marinho e costeiro brasileiro? Relação entre os serviços ecossistêmicos e as atividades econômicas a partir de uma base ecossistêmica | 13          |
| 14:50       | Manuella Moreira    | Análise dos serviços ecossistêmicos de baía aplicado às atividades e usos náuticos da Baía norte e Sul (SC)   | 14          |

---

## ICONOGRAFIA INSULAR: A PERCEPÇÃO DE ARTISTAS-NAVEGANTES E A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA PAISAGEM DA ILHA DE SANTA CATARINA (FLORIANÓPOLIS, SC)

*Washington Ferreira<sup>1</sup>*

O acervo imagético sobre a Ilha de Santa Catarina contempla um conjunto reconhecido simultaneamente como obras de arte e documentos históricos; muitas destas produções estimulam outras leituras, questionando o seu caráter documental. As diversas “vistas” descritoras da paisagem, realizadas por artistas-navegantes europeus (os quais atravessaram o Oceano Atlântico, sendo por ele também atravessados, imersos na imensidão e no vazio), teriam sido decisivamente influenciadas pelo fato de sua percepção estar impregnada do assombro mítico destas viagens. Eles não eram marinheiros, adaptados pelo cotidiano laboral, ao isolamento e rigores do universo marinho; pelo contrário, eram cidadãos urbanos, instalados nos seus círculos culturais. Essa vivência, a qual todos estes artistas estiveram submetidos, com a expressiva carga de silêncios e monumentalidade, de deslumbramentos e pavores sobre humanos, o contraste insano do profundo monocromatismo fluídico plúmbeo azulado do alto mar com a exuberância e diversidade cromática das proximidades litorâneas, pode ser considerada como o fio condutor que entrelaça os seus distintos e prolixos “discursos visuais”, que se desdobram continuamente, mas que não cessam de se referenciar, pois que todos tiveram o mesmo “rito de passagem” pelo oceano. A “travessia oceânica” pode se constituir na dimensão arquetípica compartilhada da imensidão e do vazio: o olhar, registrado nas obras de arte que chegaram até nós, como garrafas lançadas ao mar, exhibe algo mais profundo do que apenas a surpresa do olhar urbano deslocado de seu contexto habitual, não apenas por proceder de outra matriz cultural, mas por ser um olhar de quem viu, sentiu e viveu, de quem transitou – mesmo que temporariamente – a imensidão do mar. A este olhar, teriam sido sobrepostas diversas camadas, dos condicionamentos pretéritos e dos endereçamentos propostos a tais obras, traçadores de influências culturais e interesses político-econômicos, díspares ao longo do tempo, assim estruturando a contínua (re)construção cultural das paisagens insulares.

**Palavras-chave:** Iconografia Insular; artistas-navegantes; paisagens; construção cultural; Ilha de Santa Catarina.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (Pós-doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <[chingksw@gmail.com](mailto:chingksw@gmail.com)>

---

## ECOSSISTEMAS ENQUANTO UNIDADE BÁSICA DE ANÁLISE DO MEIO

*André Lima<sup>1</sup>*

*Orientação: Marinez Eymael Garcia Scherer*

Os ecossistemas em todo o mundo continuam a ser degradados, e conseqüentemente a redução de seus serviços prejudica a sua capacidade de suporte à vida e ao bem-estar humano. Desse modo, é preciso que a gestão do território considere os ecossistemas como unidade de análise e controle, não só para aumentar a consciência sobre as suas ameaças, mas também para demonstrar como uma melhor gestão pode reduzir os riscos e aumentar a resistência dos mesmos. Desde junho de 2012, o Brasil está em processo inédito de implantação da Lista Vermelha de Ecossistemas, concebida pela IUCN, ferramenta utilizada no mundo todo para avaliar o estado de conservação dos ambientes naturais. Para elaborar a proposta de Lista Vermelha de Ecossistemas para a zona costeira de Santa Catarina serão utilizadas oito categorias de risco para cada ecossistema. Três deles são atribuídos com base em limiares quantitativos: Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN) e Vulnerável (VU) - juntas, essas categorias são descritas como ameaçadas. Os ecossistemas que não cumprem os critérios quantitativos para as categorias de ecossistemas ameaçados (NT, quase ameaçada); ecossistemas que inequivocamente atenderem nenhum dos critérios quantitativos (LC, pouco preocupante); ecossistemas para os quais existem muito poucos dados para aplicar qualquer critério (DD, Dados Deficientes); e ecossistemas que ainda não foram avaliados (NE, Não avaliado). Uma categoria adicional (CO, colapso) é atribuída a ecossistemas que entraram em colapso ao longo da sua análise. Espera-se com a presente pesquisa ter condições de confirmar que os ecossistemas e seus serviços quando considerados unidades de análise podem corroborar fortemente para uma melhor gestão do território. Além disso, a disponibilização de um arcabouço teórico coeso e de fácil entendimento poderá servir de material de apoio para gestores e educadores.

**Palavras-chave:** Ecossistemas; lista vermelha; IUCN; zona costeira; Santa Catarina.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[geoandrelima@gmail.com](mailto:geoandrelima@gmail.com)>

---

# BASE ECOSSISTÊMICA PARA A GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MARINHO-COSTEIRAS NO BRASIL: O CASO DA RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO – SC

*Fabricio Basilio Almeida<sup>1</sup>*

*Orientação: Marinez Eymael Garcia Scherer*

Este trabalho propõe analisar como o Brasil vem assumindo a gestão das áreas marinhas protegidas em uma perspectiva baseada em ecossistemas (GBE), utilizando a RebioMar Arvoredo como estudo de caso. Para que o objetivo central seja atingido algumas etapas foram planejadas: 1. Identificar e descrever o modelo de gestão das UCs marinho costeiras no Brasil; 2. Mapear os ecossistemas existentes na RebioMar Arvoredo, sistematizar as funções, identificar serviços ecossistêmicos e simular suas relações; 3. Valorar os ecossistemas com base na percepção de seus usuários (atores sociais) e identificar melhor categoria de manejo; 4. Identificar as ameaças existentes na RebioMar Arvoredo que possam gerar perda dos serviços ecossistêmicos ou de sua qualidade. Até o momento, os resultados preliminares obtidos demonstraram que a gestão das UCs marinho-costeiras do Brasil possui uma classificação baixa frente aos princípios assumidos para o que se almeja na GBE. Com relação à pesquisa sistemática de artigos que discutem a aplicação da GBE em áreas marinhas protegidas em escala mundial foram identificados 3544 destes, sendo que apenas 6 (0,17%) destes artigos satisfizeram o escopo desta revisão. Em escala nacional, não foram identificados trabalhos que integraram GBE com UCs marinhas. Em termos de aplicação prática da GBE, 65 estudos foram selecionados, sendo que 20 são relacionados a UCs marinhas, equivalendo a 31% do total. Com relação ao estudo de caso aplicado à RebioMar Arvoredo, até o momento foram mapeados oito sistemas ambientais em seus limites, dos quais sete são naturais e um antropizado. Destes, três são referentes a Mata Atlântica e cinco marinhos. A partir do mapeamento destes sistemas foi possível sistematizar 17 funções e 17 serviços ecossistêmicos.

**Palavras-chave:** Gestão baseada em ecossistemas; unidades de conservação marinha e costeira; funções e serviços ecossistêmicos; conservação da biodiversidade; bem-estar humano.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[fabricio.basilioalmeida@gmail.com](mailto:fabricio.basilioalmeida@gmail.com)>

---

## ANÁLISE E TENDÊNCIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO PORTUÁRIA: DESAFIOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL E COSTEIRA

*Francisco A. da Veiga Lima<sup>1</sup>*

*Orientação: Marinez Eymael Garcia Scherer*

No atual estágio de globalização da economia mundial, a navegação e a atividade portuária constituem fatores estratégicos no desenvolvimento socioeconômico. A sua eficiência – logística e ambiental - possibilita o país integrar-se de forma vantajosa no comércio internacional. Durante as últimas décadas, o litoral brasileiro vem observando o incremento da navegação e dinamização da operação e expansão dos portos, incentivados, sobretudo, pela movimentação de graneis sólidos e atividades de apoio ao mercado de óleo e gás. O fato de possuir feições geográficas que historicamente beneficiaram a instalação e o desenvolvimento de núcleos portuários, como estuários, baías e offshore, faz com que a zona costeira sofra, por outro lado, importantes pressões socioambientais. As externalidades negativas da atividade sobre o litoral refletem-se na supressão de ecossistemas costeiros e alteração de ambientes em diferentes escalas, originando inúmeros impactos e conflitos, com a conseqüente perda de serviços. A consolidação deste cenário expõe a demanda por intervenções sob a perspectiva da Gestão Costeira Integrada, através de uma análise crítica sobre os instrumentos legais e operacionais disponíveis, intervenientes à atividade. Toma-se como estudo de caso a elaboração de uma análise ambiental estratégica sobre o Complexo Portuário de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, que abriga atualmente três portos em operação e expansão, somado a outros quatro novos projetos portuários, com alto potencial sinérgico. Neste sentido, a presente pesquisa objetiva analisar o processo de desenvolvimento e expansão portuária, suas implicações sobre os sistemas socioambientais e os desafios para a gestão ambiental da zona costeira, com vista a contribuir na elaboração de diretrizes para a gestão e o uso racional e sustentável dos recursos naturais costeiros e marinhos.

**Palavras-chave:** Gestão ambiental; GIZC; áreas litorais; porto; serviços ecossistêmicos.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[franciscoveigalima@gmail.com](mailto:franciscoveigalima@gmail.com)>

---

# ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E SEU PAPEL NA CONSERVAÇÃO DA ZONA COSTEIRA

*Laura Dias Prestes<sup>1</sup>*

*Orientação: Milton Lafourcade Asmus*

As unidades de conservação (UC) são vistas como o principal instrumento de conservação da natureza diante da perda de biodiversidade. Contudo, elas enfrentam inúmeras dificuldades de implementação e gestão. Em particular, as UCs de uso sustentável, como as áreas de proteção ambiental (APAs), enfrentam dificuldades ainda maiores em decorrência da presença humana em seu interior. Infere-se que o desenvolvimento sustentável, objetivo das APAs, apresenta limitações como ferramenta para a conservação. Além disso, a efetividade da gestão dessas áreas depende de uma maior compreensão do contexto social no qual estão inseridas, pois os territórios dessas UCs constituem-se em mosaicos de áreas públicas e privadas. No entanto, um estudo realizado pelo MMA (2010) sobre áreas prioritárias para conservação, revelou que a maior parte destas áreas se concentra na zona costeira, e para estas áreas foi indicado que se criassem UCs de Uso Sustentável. As APAs, neste momento, se tornaram um dos principais instrumentos para a conservação na zona costeira, além de ser a categoria mais representativa do território brasileiro. O estudo busca analisar de forma crítica as APAs como instrumento de conservação da zona costeira. Para tanto, buscar-se-á: a) entender a categoria APA na legislação brasileira e sua inserção no SNUC, através da realização de entrevistas com estudiosos da temática e pesquisa nos documentos que embasaram o SNUC; b) comparar a efetividade de gestão e conservação das APAs, por meio dos resultados de avaliações sobre efetividade de gestão realizadas pelo ICMBio; c) discutir a correspondência da categoria APA com categorias de outros países, através do Banco de Dados da IUCN e documentos afins; e) Por meio da avaliação dos seus planos de manejo, analisar a implementação das APAs na zona costeira e sua integração com os instrumentos de ordenamento territorial, e; f) propor diretrizes para melhorar eficiência de conservação da categoria APA.

**Palavras-chave:** Conservação da natureza; área de proteção ambiental; zona costeira; desenvolvimento sustentável; efetividade de gestão.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[lauradp53@gmail.com](mailto:lauradp53@gmail.com)>

---

# ABORDAGEM ECOSISTÊMICA PARA O PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO DA ZONA ECONÔMICA-EXCLUSIVA DO SUL DO BRASIL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

*Tiago Borges Ribeiro Gandra<sup>1</sup>*

*Orientação: Marinez Eymael Garcia Scherer*

O Planejamento Espacial Marinho (PEM) é um processo público de análise e alocação da distribuição espacial e temporal das atividades humanas em áreas marinhas. A experiência internacional define que o PEM deve ser baseado em ecossistemas, começando pela delimitação dos ecossistemas e avaliação dos serviços oferecidos por cada ecossistema para o bem estar humano. O governo brasileiro iniciou o processo de elaboração do PEM em 2011, obtendo avanços pontuais para pequenas áreas do extenso litoral brasileiro. Entretanto, em 2017 este processo foi retomado de forma prioritária no âmbito da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM). Este trabalho tem como objetivo principal elaborar e propor uma metodologia de análise espaço-temporal da Zona Econômica-Exclusiva (ZEE) do Sul do Brasil através da: (1) modelagem e implementação de um Sistema de Informações Geo-referenciadas (SIG) marinho, (2) quantificação e espacialização das principais atividades humanas, (3) obtenção e agregação de séries temporais de dados oceanográficos para delimitação dos ecossistemas marinhos, (4) integração dos usos e variáveis físicas em uma abordagem ecossistêmica e (5) elaboração de simulações para diferentes cenários futuros do PEM. O SIG tem como base o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) PostgreSQL e as análises espaciais e estatísticas estão sendo realizadas no R. A integração dos usos e dados abióticos será realizada através da rasterização e normalização de camadas, integrada através de algoritmos de análise espacial. O principal resultado esperado é uma proposta metodológica para definição dos ecossistemas marinhos que possa avançar e subsidiar o PEM no Brasil, implementado exclusivamente em softwares livres e passível de replicação em outras regiões.

**Palavras-chave:** Conflitos de uso espacial; harmonização de dados espaciais; atividades humanas no mar; ecossistemas marinhos; ferramentas de suporte à decisão.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Geografia (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[tiago.gandra@riogrande.ifrs.edu.br](mailto:tiago.gandra@riogrande.ifrs.edu.br)>

---

# MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: MÉTODO PARA DEFINIÇÃO DO TERRITÓRIO

*Andrea Pellin<sup>1</sup>*

*Orientação: Marinez Eymael Garcia Scherer*

Mosaico é um instrumento de gestão que surgiu com o estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e tem como finalidade ampliar as ações de conservação e de gestão para além dos limites das áreas protegidas, promovendo uma gestão integrada e participativa. Para uma melhor qualidade da proposta de reconhecimento do mosaico, e para ampliar a sua efetividade, ressalta-se a importância de serem avaliados alguns indicadores no momento da definição do seu território. Assim, este trabalho tem como objetivo principal elaborar um método, que ao aplicado a um conjunto de unidades de conservação, auxilie na delimitação do território de um mosaico. Para tornar possível o alcance deste objetivo e contribuir na elaboração dos indicadores, também foi realizada uma análise da atual situação deste instrumento de gestão no Brasil. O levantamento das informações sobre os mosaicos brasileiros foi realizado através de pesquisa bibliográfica, análise dos documentos de criação dos mosaicos e encaminhamento de um questionário à atores envolvidos com os mosaicos já reconhecidos. Atualmente, existem 24 mosaicos reconhecidos no país, sendo que 12 retornaram o questionário respondido. Para elaboração do método proposto, foi adaptada a metodologia elaborada por Cifuentes, Izurieta e Faria, e posteriormente modificada por Faria (2004), para análise da efetividade de unidades de conservação. Foram elaborados seis indicadores principais, "Identidade territorial", "Funcionalidade ecossistêmica", "Gestão da unidade", "Operacionalidade logística", "Suporte" e "Viabilidade legal e institucional", denominados de âmbitos, os quais foram subdivididos em variáveis. Cada variável foi subdividida em cenários, que representam as situações que podem ser visualizadas em UCs. Espera-se que com a metodologia proposta se possa refinar o delineamento do território que comporá o mosaico, de forma que a sua delimitação contribua para o alcance dos objetivos para os quais o mosaico foi criado.

**Palavras-chave:** Gestão ambiental; áreas protegidas; gestão integrada; gestão participativa.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[andrapellin@yahoo.com.br](mailto:andrapellin@yahoo.com.br)>

---

# A INFLUÊNCIA DO CAPITAL SOCIAL NA GESTÃO DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS: ESTUDO DE CASO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE BOMBINHAS (SC)

*Mariana Paul de Souza Mattos<sup>1</sup>*

*Orientação: Marinez Eymael Garcia Scherer*

*Co-orientação: Rodrigo Pereira Medeiros*

O modo de organização social de pescadores artesanais está muitas vezes centrado em núcleos familiares e comunidades, caracterizado pelas relações de confiança, reciprocidade, intercâmbios de saberes e cooperatividade, fatores estes que compõem o capital social. Em um grupo de indivíduos com capital social positivo robusto, as possibilidades de sucesso em ações coletivas são potencializadas, como é o caso dos processos de gestão participativa de recursos comuns. A preocupação com a preservação e conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha brasileira afeta estes pescadores, assim como o modelo de gestão da pesca costeira adotado, com ênfase no desenvolvimento e tecnologias. Estes fatores têm tornado o segmento artesanal frágil, somados aos conflitos com atividades econômicas e a ocupação desordenada na zona costeira, que excluem e marginalizam as comunidades pesqueiras artesanais. A urgência para demarcação de áreas protegidas usualmente é praticada de forma autoritária, sem dar o devido reconhecimento a esses grupos, seus saberes e cultura nos processos de criação e implementação. A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, no litoral central catarinense, enfrenta dificuldades desde sua criação, em 1990, decorrentes da deficiência de recursos e sendo palco de conflitos sociais. A população e setores econômicos dos municípios no entorno foram impactados, pois esta categoria reordenou espacialmente atividades como a pesca e o mergulho recreativo no entorno da unidade de conservação. Nesta pesquisa, buscamos compreender como as relações e aspectos de organização social da pesca artesanal de Bombinhas contribuem para a formação e transformação de um capital social que seja apto para promoção de engajamento comunitário na gestão de áreas marinhas protegidas na região. Através de análise documental e entrevistas semi-estruturadas com pescadores e atores ligados à atividade no município, temos como objetivo evidenciar aspectos que dariam subsídio a gestão participativa efetiva nos espaços deliberativos relacionados ao território pesqueiro destas comunidades.

**Palavras-chave:** Governança; capital social; pesca artesanal; unidades de conservação marinhas; gestão costeira.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Oceanografia (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[mattos.oceano@gmail.com](mailto:mattos.oceano@gmail.com)>

---

# ANÁLISE DO RISCO DA EXPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS ÀS ATIVIDADES ANTRÓPICAS NAS PRAIAS DA ILHA DE SANTA CATARINA

*Natália Ramos Corraini<sup>1</sup>*

*Orientação: Marinez Eymael Garcia Scherer*

Historicamente as regiões costeiras, especialmente a orla marítima, são palco de processos conflitantes entre atividades humanas e recursos naturais, inflingindo modificações nestas áreas ao longo dos anos. As praias abrangem uma rede complexa de subsistemas naturais, culturais e político-administrativos, mas geralmente não são geridas com esta perspectiva pelos órgãos da administração pública. Entendidos como as contribuições diretas ou indiretas que os ecossistemas oferecem, os serviços ecossistêmicos conceituam aquilo que as sociedades humanas podem usufruir a partir da existência de ambientes naturais. A interpolação entre serviços ecossistêmicos, conflitos de usos/atividades e uma má gestão traça um horizonte de perdas ambientais, sociais e econômicas. Considerando que a Ilha de Santa Catarina possui praias arenosas de grande valor ecológico e turístico, que oferecem serviços ecossistêmicos e que se inserem em um cenário de expansão da mancha urbana com altos índices de visitação pública, esta pesquisa se propõe a analisar a interação entre os serviços ecossistêmicos, as atividades antrópicas e a atuação político-administrativa. Essa análise se dará dentro da perspectiva da gestão de praias com base ecossistêmica, através das ferramentas Matriz de interações/conflitos, da ferramenta DPSIR, e do modelo de risco ao hábitat do software de SIG InVEST; apresentando os locais onde existe maior risco aos serviços ecossistêmicos das praias na Ilha de Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Gestão de praias; gestão com base ecossistêmica; serviços ecossistêmicos; matriz de interações; DPSIR; InVEST.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Oceanografia (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[nataliarcoeflecha@gmail.com](mailto:nataliarcoeflecha@gmail.com)>

---

# GESTÃO COSTEIRA EM SANTA CATARINA: PRIORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DO PLANO ESTADUAL

Victor Guião<sup>1</sup>

Orientação: Marinez Eymael Garcia Scherer

O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina (PEGC/SC) consiste em um importante instrumento, uma vez que visa organizar os usos e atividades da zona costeira do estado. Entretanto, nota-se que a decadência da qualidade ambiental em Santa Catarina persiste. Assim, é importante verificar fragilidades no PEGC/SC, sugerir novas linhas de atuação e priorizá-las, a fim de gerar diretrizes aos gestores costeiros sobre quais projetos devem ser implementados primeiro, tendo em vista a escassez de recursos financeiros e humanos no Estado. Com base em Olsen *et al.* (1999) e Barragán (2004), verificou-se a existência de fragilidades na gestão costeira catarinense que seriam solucionadas com a implementação de três novas linhas de atuação, sendo elas: Política pública para a gestão costeira catarinense, Programas de capacitação para gestores costeiros e Produção de informação de interesse para a gestão costeira. A partir disto, a priorização das linhas de atuação foi realizada através da metodologia de Scherer *et al.* (2014), que propõe a aplicação de critérios que elencam as opções com maior capacidade de contribuir para a concretização dos objetivos da gestão costeira. Como resultados, identificou-se 11 linhas de atuação prioritárias: Educação ambiental, Gestão das UCs, Participação pública, Capacitação para gestores costeiros, Implantação do plano de saneamento, Integração entre atores envolvidos, Disponibilização de recursos financeiros, Estruturação da equipe do GERCO/SC, Fiscalização do saneamento e Participação das comunidades indígenas e quilombolas. Além disto, concluiu-se que a falta de uma política clara e específica para a gestão da zona costeira catarinense implica menor êxito no alcance dos objetivos estabelecidos pelo PEGC/SC, uma vez que somente com o comprometimento público devidamente institucionalizado e divulgado o PEGC/SC terá condições de alcançar seus objetivos. Assim, reforça-se a necessidade de definição de uma política estadual de gerenciamento costeiro em Santa Catarina que seja clara, explícita e de conhecimento geral.

**Palavras-chave:** Gestão costeira; priorização de ações; zona costeira catarinense; Santa Catarina; PEGC/SC.

---

1 Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[victorguiao91@gmail.com](mailto:victorguiao91@gmail.com)>

---

# CRESCIMENTO AZUL COMPATÍVEL COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMBIENTE MARINHO E COSTEIRO BRASILEIRO? RELAÇÃO ENTRE OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS A PARTIR DE UMA BASE ECOSISTÊMICA

*Gilberto Amadeu Cunha<sup>1</sup>*

*Orientação: Marinez Eymael Garcia Scherer*

*Co-orientação: Tiago Borges Ribeiro Gandra*

Crescimento Azul é o termo mais recente para uma gestão mais holística dos complexos sistemas sociais e ecológicos marinhos, este conceito surge dentro do contexto de desenvolvimento sustentável dos oceanos. No âmbito internacional crescimento azul tem significado similar conhecido por economia azul e visto como crescimento sustentável para oceanos, mares e costas, para geração de emprego, inovação, investimentos, oportunidades e cenários futuros de desenvolvimento. O termo crescimento/economia azul observado na literatura acadêmica permite observar a existência de temas, papers com debates em relação a política marítima, governança marítima, sustentabilidade, atividades marítimas, produto interno bruto e emprego, planejamento espacial marinho, gestão de base ecossistêmica; conservação e atividades marítimas; e serviços ecossistêmicos. O termo surgiu na Conferência da Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio +20, é discutido por grupos em diversas conferências e diferentes organizações, o termo é principalmente direcionada por uma perspectiva Europeia. Essa perspectiva explica o crescimento azul integrando ambiente, sociedade e economia, o conceito nesta visão inclui a saúde dos ecossistemas oceânicos a partir do desenvolvimento sustentável, enfatizando a gestão baseada em ecossistemas, o crescimento de setores marítimos e costeiros e destaca os serviços ecossistêmicos como benefício as populações humanas. O projeto de pesquisa objetiva analisar possibilidades dentro da Zona Econômica Exclusiva Brasileira de desenvolver Crescimento Azul tendo por base sua relação com os Serviços Ecossistêmicos do Mar e as Atividades Econômicas suportadas por estes. Metodologia estudada no momento inclui-se a Matriz de Serviços Ecossistêmicos, ferramenta de Gestão Baseada em Ecossistemas, proposta por Scherer & Asmus (2016). Adaptada em forma de questionário aplicar a atores acadêmicos atuantes no Brasil. Para integrar atividades econômicas e possibilidades de desenvolvimento sustentável estão sendo pesquisadas nas bases acadêmicas metodologias com a palavra chave: Crescimento Azul. Nos resultados espera-se compreender como ocorrerá esse crescimento oceânico sustentável na zona econômica exclusiva do Brasil.

**Palavras-chave:** Crescimento Azul; serviços ecossistêmicos; atividades econômicas; desenvolvimento; gestão com base ecossistêmica.

---

1 Graduação em Oceanografia. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[gilbertocunhaoceano@gmail.com](mailto:gilbertocunhaoceano@gmail.com)>

---

## ANÁLISE DOS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS DE BAÍA APLICADO ÀS ATIVIDADES E USOS NÁUTICOS DA BAÍA NORTE E SUL (SC)

*Manuella Emerim Moreira<sup>1</sup>*

*Orientação: Marinez Eymael Garcia Scherer*

Ao estudar ambientes de baía, remete-se à importância de analisá-la a partir da noção de sítio geográfico, sendo este, compreendido como um conjunto de condições e atributos configurando um porto natural. Esta condição natural confere importância estratégica e econômica ao sítio, possibilitando ali a instalação e o desenvolvimento de atividades, estruturas e usos náuticos. A zona costeira admite uma diversidade de usos e atividades, principalmente àqueles que são exclusivos e/ou característicos dela. O uso desordenado e desmedido da zona costeira e seus recursos pode influenciar na perda da qualidade ambiental dos ecossistemas existentes. As atividades de cunho náutico como o cultivo, pesca, dentre outros, são beneficiários diretos da qualidade ambiental da baía que se inserem. Nesta mesma questão, os usos náuticos, como a navegação para fins de recreio e/ou desporto, por exemplo, dependem de índices seguros de qualidade da água, bem como do ambiente em sua totalidade para sua prática. Portanto, a subutilização dos ambientes de baía pode estar relacionada à deficiência na gestão e planejamento deste espaço. Neste aspecto, a gestão com base ecossistêmica engloba funções, processos e os serviços ecossistêmicos, partindo dos aspectos naturais e socioeconômicos para contemplar uma base de informação ecossistêmica. Como estudo de caso, objetiva-se analisar, dentro dos contextos histórico e atual a baía Norte e Sul/SC, verificando quais serviços ecossistêmicos ocorrem para as baías, especialmente àqueles atuantes diretos na melhora da qualidade ambiental, favorecendo as interações náuticas. Ainda, busca-se compreender no cenário atual, os planos e documentos públicos vigorando para a gestão e ordenamento das baías e seus municípios circunvizinhos. Esta análise integrada da baía e suas relações enaltece a necessidade da Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC), considerando a Gestão com Base Ecossistêmica (GBE) para promover a qualidade deste ambiente, ordenamento e preservação de seus recursos, aliado ao planejamento das interações náuticas ocorrentes na baía.

**Palavras-chave:** Serviços ecossistêmicos; GIZC; GBE; atividades náuticas; usos náuticos; qualidade ambiental

---

1 Pós-Graduação em Geografia (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
<[manuella.em@gmail.com](mailto:manuella.em@gmail.com)>